

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
SECRETARIA DO CLIMA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

EDITAL SECLIMAS Nº 02/2025

**EDITAL DE HABILITAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS NO PROGRAMA DE
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS - PSA ÁGUA**

O MUNICÍPIO DE CAMPINAS, por meio da Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS), torna público, para conhecimento dos interessados, o Edital para habilitação de proprietários de áreas rurais, visando sua participação no Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais na modalidade do PSA Água, conforme a Lei Municipal 15.046/15, Decreto Municipal nº 19.441/17 e Resoluções SECLIMAS nº 18/16 e nº 01/17, alterada pela Resolução nº 04/18.

1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA PSA-ÁGUA

1.1. O Programa de PSA Água visa promover o desenvolvimento sustentável e fomentar a manutenção e ampliação da oferta dos serviços ambientais, através da implantação de ações de conservação e recuperação da água e do solo.

1.2. As ações implementadas no âmbito do PSA Água incluem a conservação e restauração de áreas de vegetação nativa, prioritariamente em Áreas de Preservação Permanente (APP), definidas pela Lei Federal n.º 12.651/2012, além de ações de saneamento, conservação do solo e assistência técnica, nas propriedades rurais habilitadas.

1.3. O planejamento e gerenciamento das ações do PSA Água são de competência da Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS), através do Conselho Diretor do PSA (CDPSA).

1.4. O PSA Água concentrará suas ações nas áreas rurais de Campinas, abrangendo todas as áreas estabelecidas no **Anexo I** deste Edital.

1.5. Cada proprietário habilitado no PSA Água terá um Projeto Personalizado da Propriedade (PPP), onde constará a descrição e quantificação das ações a serem implantadas no âmbito do Programa.

1.6. O PPP, por sua vez, será elaborado por Comissão Técnica (CT) do CDPSA, composta pelos seus conselheiros, técnicos convidados e/ou entidades contratadas para esse fim, com a participação do proprietário do imóvel.

1.7. Todos os PPPs serão parte integrante e instrumentos diretivos do Termo de Habilitação emitido pelo CDPSA, e do Termo de Adesão a ser firmado entre o proprietário rural e o Município de Campinas.

2. METAS DO PROGRAMA

2.1. O Programa de PSA Água tem por meta o cumprimento das seguintes ações dentro das propriedades rurais abrangidas pelo presente Edital.

- a) adoção de práticas conservacionistas de solo, com finalidade de redução efetiva da erosão;
- b) implantação e manutenção da cobertura vegetal dentro e fora das Áreas de Preservação Permanente (APP), seguindo os critérios da Lei Federal n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, do Decreto Federal n.º 7.830, de 17 de outubro de 2012 e seus dispositivos.
- c) implantação e/ou adequação do saneamento rural dos domicílios existentes na propriedade rural.
- d) dar apoio técnico aos proprietários na promoção de serviços ambientais, visando a eficácia das ações supracitadas.

3. OBJETO DO EDITAL

3.1. O presente edital tem por objeto a habilitação de proprietários de áreas rurais, pessoas físicas ou jurídicas, para percepção dos benefícios previstos no Subprograma de Pagamento pela Conservação das Águas e dos Recursos Hídricos (PSA Água), nos termos da Lei Municipal 15.046/15, regulamentada pelo Decreto Municipal 19.441/07.

3.2. O direito de se habilitar aos benefícios previstos no PSA somente se constitui após:

- a) a inscrição da propriedade rural no Cadastro Municipal dos Provedores de Serviços Ambientais;
- b) o preenchimento dos critérios de elegibilidade, conforme sua localização e seu enquadramento ambiental e legal, previstos no Decreto Municipal 19.441/17 e Resoluções SECLIMAS nº 18/16 e nº 01/17, alterada pela Resolução nº 04/18.

4. DO CADASTRAMENTO DAS PROPRIEDADES RURAIS NO CADASTRO MUNICIPAL DOS PROVEDORES DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

4.1. A inscrição da propriedade rural no Cadastro Municipal dos Provedores de Serviços Ambientais se dará através do preenchimento online do Requerimento de Adesão, disponível no link: <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/clima-meio-ambiente-e-sustentabilidade/pagina/pagamento-por-servicos-ambientais-psa>.

4.2. O Requerimento de Adesão, mencionado na subcláusula 4.1, deve ser instruído com a comprovação de que a propriedade rural atende aos seguintes requisitos:

- a) estar cadastrada no Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR perante a Secretaria Estadual de Meio Ambiente;
- b) estar inserida nas áreas prioritárias contidas no Inventário de Áreas Rurais para o PSA Água, conforme Resolução SECLIMAS nº 18/2016;

c) possuir área da propriedade igual ou superior a 2 (dois) hectares.

4.3. Os Requerimentos de Adesão serão recebidos pela SECLIMAS, durante os primeiros 90 (noventa) dias corridos, contados da data de publicação do presente Edital.

4.4 Os proprietários selecionados serão informados através de publicação no Diário Oficial do Município (DOM), em até 15 (quinze) dias úteis, a partir do prazo da subcláusula 4.3.

4.5. O número de propriedades selecionadas para este Programa está vinculado à disponibilidade de recursos financeiros, considerando o máximo de 21 (vinte e uma) propriedades rurais.

4.6. Caso o número de propriedades rurais cadastradas exceda o máximo estabelecido na cláusula anterior, a seleção adotará os seguintes critérios de priorização:

I – Produção: propriedades rurais, cujo o proprietário seja classificado como agricultor familiar, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 19.441/17;

II – Área: as menores propriedades, conforme art. 10 do Decreto Municipal nº 19.441/17;

III – Localização: propriedades rurais inseridas nas Zonas de Proteção e Recuperação de Mananciais Superficiais (ZPRM), seguidas por ordem de priorização, pelas áreas de: Produção de Água (PA); Recuperação das Cabeceiras do Ribeirão Quilombo (RCRQ); Proteção de Mananciais de Abastecimento de Indaiatuba (PMAI); e demais áreas rurais do Município de Campinas, conforme art. 2º da Resolução SECLIMAS nº 18/16, apresentadas no Anexo I.

4.7. Após efetivada a inscrição da propriedade rural no Cadastro Municipal dos Provedores de Serviços Ambientais, a SECLIMAS analisará o preenchimento dos critérios de elegibilidade, realizando o enquadramento ambiental e o enquadramento legal da área.

5. DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

5.1. Do enquadramento ambiental

5.1.1. O enquadramento ambiental da área se dará por meio da comprovação da titularidade da propriedade e da aceitação do Projeto Personalizado da Propriedade (PPP), coordenado pela SECLIMAS e aprovado pelo Conselho Diretor do PSA.

5.1.2. Após seleção, os proprietários rurais serão convocados através do DOM para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, à apresentarem os seguintes documentos:

a) cópias simples do RG e CPF, se pessoa física;

b) cópia simples do cartão do CNPJ, se pessoa jurídica;

c) cópia simples de comprovante de residência no nome do proprietário rural (conta de luz, água, telefone ou similar/pessoa física);

d) cópia simples da matrícula do imóvel cadastrado, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

e) declaração do proprietário de que não foi considerado culpado em processo administrativo por infração ambiental e que a punição ainda esteja pendente de cumprimento.

f) Certidões de Regularidade Previdenciária e do FGTS , se pessoa jurídica.

5.1.3. Após conformidade da documentação entregue (subcláusula 5.1.2) analisada em até 20 (vinte) dias úteis pelo CDPSA, as propriedades rurais selecionadas serão vistoriadas por CT/CDPSA, visando o seu diagnóstico e elaboração do PPP, no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis.

5.1.4. O PPP constitui o desenho e o planejamento em etapas para transformação e/ou adequação ambiental da propriedade, visando à manutenção e à ampliação da conservação das águas e dos serviços hídricos, de acordo com os requisitos e obrigações legais dispostos na Resolução SECLIMAS nº 01/17, alterada pela Resolução nº 04/18.

5.1.5. Havendo a aceitação do PPP pelo proprietário rural e a conformidade da documentação solicitada, o CDPSA com base no Diagnóstico e no PPP, promoverá o enquadramento legal da área.

5.2. Do enquadramento legal

5.2.1. O enquadramento legal da área se dará por meio da avaliação da situação da propriedade e suas obrigações legais, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 01/17, alterada pela Resolução nº 04/18, enquadrando conforme o Decreto Municipal nº 19.441/17, o Provedor de Serviços Ambientais em:

I - **pleno:** proponente que, além de cumprir suas obrigações legais, promove serviços ambientais de forma proativa, com recurso próprio ou de parcerias na área submetida ao PSA Água;

II - **conformidade:** proponente que cumpre suas obrigações legais nos termos da legislação ambiental vigente;

III - **não conformidade:** proponente que apresentar pendências legais;

IV - **condição de infrator ambiental:** proponente responsabilizado penal, civil ou administrativamente.

5.2.2. Para os fins deste Edital, são consideradas:

I - obrigações legais, aquelas de natureza ambiental, estabelecidas por legislação nas esferas federal, estadual ou municipal, aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas estabelecidas nas áreas rurais do Município de Campinas;

II - pendências legais, as obrigações ambientais tratadas no inciso I deste artigo, que não foram realizadas, estão vencidas ou ainda não foram aprovadas pelo órgão competente.

5.3.4. As principais obrigações ambientais legais vigentes aplicáveis às propriedades rurais do Município de Campinas, para fins de enquadramento legal no PSA Água, estão publicadas na Resolução SECLIMAS nº 01/17, alterada pela Resolução 04/18.

5.3.5. O proprietário enquadrado em condição de infrator ambiental não está apto a habilitar-se no PSA Água.

6. DA HABILITAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS

6.1. Realizados os enquadramentos ambiental e legal, o CDPSA decidirá a respeito da habilitação do proprietário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

6.2. Atendidos os critérios de elegibilidade, o CDPSA emitirá o Termo de Habilitação, tornando a propriedade apta para receber os benefícios, cuja informação será publicada no DOM, em até 20 (vinte) dias úteis.

6.3. O CDPSA, mediante análise conjunta dos critérios de elegibilidade constantes da cláusula quinta deste Edital, habilitará o Provedor de Serviços Ambientais em uma das seguintes classes:

I - Classe I: dará direito à certificação de Promotor Pleno de Serviços Ambientais, com percepção de 100% (cem por cento) do benefício monetário, que será calculado conforme cláusula 9 deste Edital, sendo aptos a essa classificação somente os proponentes enquadrados como Promotor Pleno, conforme o inciso I da subcláusula 5.2.1 deste Edital.

II - Classe II: dará direito ao recebimento de até 50% (cinquenta por cento) do benefício monetário, que será calculado conforme cláusula 9 deste Edital.

III - Classe III: dará direito a incentivos não monetários.

6.3.1. Sem prejuízo da proporcionalidade do incentivo aos Serviços Ambientais das Classes I e II, o pagamento pelos serviços ambientais poderá associar incentivos monetários a não monetários nos termos da legislação vigente.

6.3.2. Entende-se por incentivos não monetários, as ações que visem à conservação dos recursos hídricos e que não envolvam o repasse direto de recursos financeiros ao proprietário contemplado pelo Programa, tais como:

I - recuperação de áreas ciliares;

II - instalação de equipamentos de monitoramento hidrológico;

III - fossas sépticas;

IV - apoio técnico;

V - conservação do solo.

6.3.3. Os incentivos previstos no PSA Água não poderão ser utilizados para cumprir compromissos ambientais, firmados pelos órgãos públicos competentes, exceto quando se tratar de compromisso assumido pelo Programa de Regularização Ambiental (PRA) previsto na Lei Estadual nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015.

6.4. O Conselho Diretor poderá indeferir a habilitação, quando do não atendimento aos critérios de elegibilidade, através de publicação no DOM, desde que justificado por parecer técnico e ouvida a Junta Administrativa de Recursos (JAR) da SECLIMAS.

6.5. Da decisão referente à habilitação dos provedores ambientais, caberá recurso, na forma prevista na cláusula 11 deste Edital.

7. FORMALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO PSA

7.1. A adesão ao PSA Água será formalizada por meio de Termo de Adesão (**Anexo II**), no qual serão expressamente definidos os compromissos assumidos, os prazos e demais condições a serem cumpridas pelo proprietário para fazer jus ao pagamento.

7.2 O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 04 (quatro) anos.

7.3 A renovação do Termo de Adesão estará condicionada ao aceite pelo provedor de novo projeto para a área e à disponibilidade de recursos aprovados para o projeto.

7.4 O pedido de renovação deverá ser feito até 06 (seis) meses antes do término do Termo de Adesão.

7.5. O não cumprimento das obrigações contidas neste Edital, no Termo de Adesão e no PPP, acarretará a suspensão imediata dos incentivos, após notificação do proprietário.

7.6. Será concedido prazo máximo de 20 (vinte) dias para que o proprietário apresente suas razões de defesa, que serão analisadas pelo CDPSA.

7.7 Decorrido o prazo referido a subcláusula acima sem a apresentação das razões de defesa ou quando não acolhidos os argumentos pelo CDPSA, o proprietário será excluído do programa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações do Município de Campinas Através do Conselho Diretor do PSA

- a) Coordenar a elaboração e a administração do PPP e Termo de Habilitação, em comum acordo com o proponente;
- b) Monitorar a execução das atividades conforme o PPP;
- c) Assegurar o desembolso dos recursos previstos para o Pagamento por Serviços Ambientais de acordo com o cronograma a ser estabelecido no Termo de Habilitação e Termo de Adesão a ser firmado;
- d) Assegurar a implantação dos incentivos não monetários, acordados no PPP e estabelecido no Termo de Habilitação.

8.2. Obrigações do Proprietário Rural Habilitado no Programa

- a) Permitir a execução das atividades contempladas no PPP, a serem efetuadas na área do Projeto situada dentro do seu imóvel;

- b) Sempre que solicitado pela SECLIMAS/CDPSA, permitir o acesso da equipe do Programa, bem como de quem a Prefeitura indicar, no imóvel, com o objetivo de desenvolver as atividades pertinentes ao Programa;
- c) Zelar pelas ações executadas na sua propriedade, protegendo a área contra a ação do fogo, depredação por animais e/ou terceiros;
- d) Exercer papel de guardião das ações executadas em sua propriedade, informando e auxiliando a equipe técnica do Programa no controle eficaz e correto das principais pragas e ameaças, especialmente no caso de prejuízo iminente das atividades implantadas;
- e) Acompanhar e, quando for o caso, implantar a execução das atividades previstas no PPP, informando ao CDPSA sobre quaisquer atrasos ou atividades realizadas em desacordo com este plano;
- f) Ter conhecimento das leis e normas que visam a conservação e preservação ambiental e assumir o compromisso de acatá-las fielmente.

9. APOIO FINANCEIRO

9.1. Os proprietários rurais habilitados ao PSA Água receberão incentivos monetários e não monetários do Município, através de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), previstos no Termo de Adesão a ser firmado entre as partes.

9.2. A partir da implantação do início das ações do PPP, constatado pelo monitoramento semestralmente, o proprietário rural habilitado receberá por hectare/ano, considerando a área total da propriedade, como forma de apoio financeiro, respectivamente:

I - 250 (duzentos e cinquenta) UFICs caso seja classificado como pleno;

II - 125 (cento e vinte e cinco) UFICs caso esteja em conformidade.

9.2.1. O teto para incentivo monetário é de 20 hectares (ha).

9.2.2. Os valores pagos serão divididos em 2 (duas) parcelas ao longo do ano, sendo aprovadas após a vistoria de monitoramento e acompanhamento semestral do programa elaborado através de CT/CDPSA.

10. DO MONITORAMENTO

10.1. O CDPSA promoverá o monitoramento do PSA, através de vistorias semestrais nas propriedades contempladas pelo Programa, emitindo relatório técnico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da realização da vistoria, a fim de aferir o cumprimento das metas estabelecidas no Projeto e no Termo de Habilitação.

10.2. O relatório técnico de que trata a subcláusula 10.1 visa verificar a classificação das propriedades, conforme subcláusula 6.3 deste Edital, bem como subsidiar a decisão do CDPSA quanto à liberação dos pagamentos pelo Agente Técnico Financeiro que deverá ser publicada no Diário Oficial do Município (DOM).

10.3. Caso o provedor dos serviços ambientais descumpra as obrigações dispostas no Termo de Adesão, o mesmo será advertido e notificado a adequar-se em prazo a ser estabelecido pelo Conselho Diretor, que não poderá ultrapassar 06 (seis) meses, podendo ter sua habilitação revogada caso as irregularidades não sejam sanadas.

10.4. Caso o provedor dos serviços ambientais pratique condutas lesivas ao meio ambiente, os pagamentos serão imediatamente suspensos e a habilitação, sumariamente revogada, não podendo o proponente inscrever a propriedade novamente no PSA, enquanto enquadrar-se como infrator ambiental.

11. DOS RECURSOS

11.1. Das decisões referentes ao enquadramento, à habilitação dos provedores ambientais e ao monitoramento caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

11.2. O recurso deverá ser protocolizado eletronicamente através de processo SEI da Prefeitura Municipal de Campinas, dirigido à Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS) aos cuidados do Diretor Executivo do CDPSA.

11.3. São requisitos formais do recurso:

I - identificação do provedor selecionado, contendo o nome completo, endereço, CPF ou CNPJ, nº de inscrição no SICAR e matrícula do Imóvel;

II - cópia do documento objeto do recurso;

III - fatos e razões motivadores do pedido de defesa interposto.

11.4. O recurso será analisado, preliminarmente, pela Junta Administrativa de Recursos (JAR), que emitirá parecer opinativo, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, após o qual os autos serão remetidos ao Diretor Executivo do CDPSA para decisão.

11.5. Caso o recurso seja indeferido pelo Diretor Executivo do CDPSA os autos serão encaminhados ao Secretário do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade que decidirá em última instância.

11.6. O não atendimento dos requisitos elencados na subcláusula 11.3, acarretará no indeferimento do recurso. As decisões, sejam elas deferidas ou indeferidas serão todas publicadas no DOM.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Edital poderá ser impugnado no prazo de 3 (três) dias úteis contados de sua publicação, por meio de manifestação escrita endereçada à Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade e protocolizada via processo eletrônico SEI da Prefeitura Municipal de Campinas.

12.1.1. A análise das eventuais impugnações caberá ao Secretário Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, no prazo de 03 (três) dias úteis subsequentes ao término do prazo assinalado na subcláusula anterior.

12.1.2. A decisão poderá ser precedida de manifestação técnica, a critério da autoridade julgadora.

12.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos, bem como as decisões e esclarecimentos prestados, serão juntados aos autos do processo deste Edital e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos neste Edital.

12.4. As possíveis alterações do Edital, por iniciativa oficial ou decorrentes de eventuais impugnações, serão divulgadas pela mesma forma que se deu publicidade ao presente Edital.

12.5. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.6. Será disponibilizado o endereço de e-mail: planosambientais@campinas.sp.gov.br, para encaminhamento de dúvidas.

12.7. Este Edital, bem como seus anexos, estarão disponíveis pelo endereço eletrônico: <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/clima-meio-ambiente-e-sustentabilidade/pagina/pagamento-por-servicos-ambientais-psa>.

12.8. O presente Edital terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

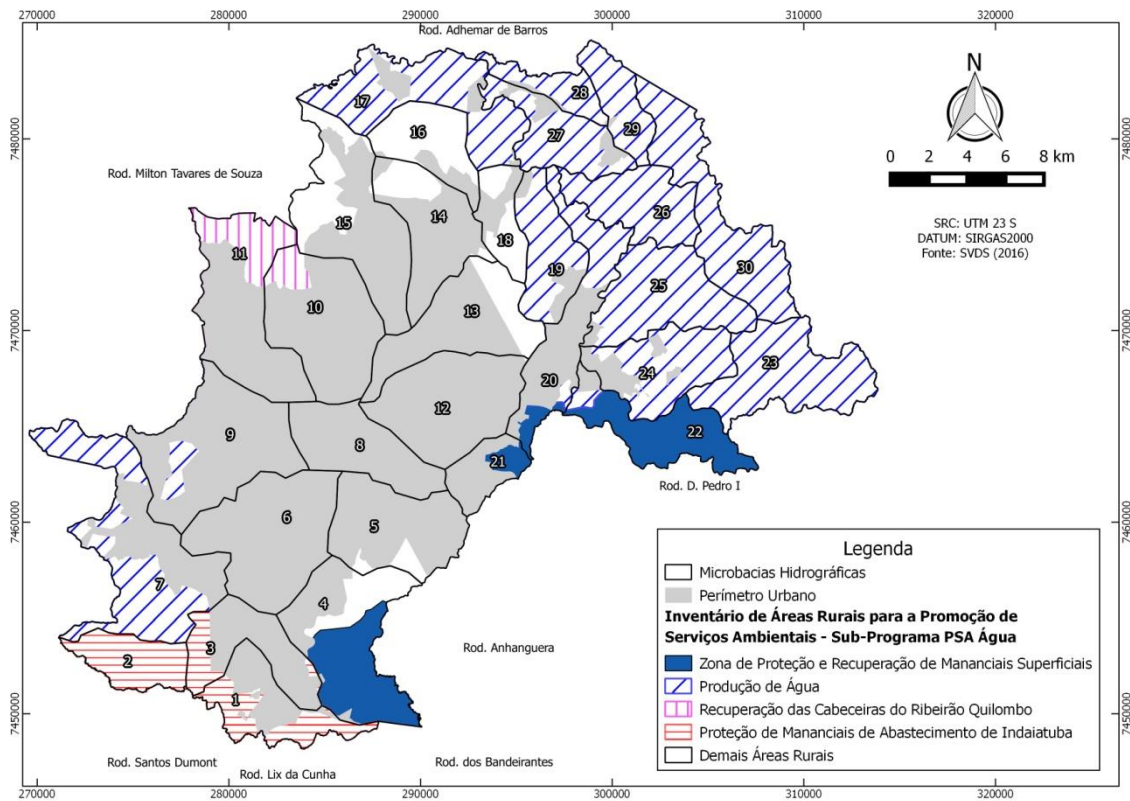
13. Anexos

Anexo I - Espaços Territoriais do Município de Campinas, a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais para o Subprograma PSA ÁGUA, conforme Resolução nº 18/16.

Anexo II - Termo de Adesão

Anexo I

Espaços Territoriais do Município de Campinas, a serem preservados e protegidos ou de potencial promoção de serviços ambientais para o Subprograma PSA ÁGUA, conforme Resolução nº 18/16.



Anexo II
TERMO DE ADESÃO - PSA ÁGUA

Pelo presente instrumento, o Município de Campinas, através da **Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade - SECLIMAS**, neste ato representada pelo(a) seu (sua) Secretário(a) _____ e _____ o(a) Sr.(a) _____ R.G. / I.E. N° _____, C.P.F. / C.N.P.J. N° _____, nacionalidade _____, estado civil _____, residente e domiciliado em _____ na Rua _____, N° _____, Complemento _____, Bairro _____, neste ato denominado **Provedor de serviços Ambientais**, têm entre si acertado o seguinte:

Cláusula Primeira - O Provedor de Serviços Ambientais já qualificado acima, aceita, por livre e espontânea vontade, a contar desta data, conforme Edital nº 02/2025, e Termo de Habilitação nº ____/____ do Programa de Pagamento de Serviços Ambientais - PSA Água, implantar na sua propriedade, situada no endereço _____, Matrícula N° _____, Área (ha) _____, N° SICAR _____, o **Projeto Personalizado da Propriedade - PPP**, conforme cronograma de ações e metas anexo.

Cláusula Segunda - Cabe ao Município de Campinas, através do **Conselho Diretor do PSA/SECLIMAS**:

- a) coordenar a elaboração e a administração do PPP e Termo de Habilitação, em comum acordo com o proponente;
- b) monitorar a execução das atividades conforme o PPP;
- c) assegurar o desembolso dos recursos previstos para o Pagamento por Serviços Ambientais de acordo com o cronograma a ser estabelecido no Termo de Habilitação e Termo de Adesão a ser firmado;
- d) assegurar a implantação dos incentivos não monetários, acordados no PPP e estabelecido no Termo de Habilitação.

Cláusula Terceira - Cabe ao **Provedor de Serviços Ambientais**:

- a) permitir a execução das atividades contempladas no PPP, a serem efetuadas na área do Projeto situada dentro do seu imóvel;
- b) sempre que solicitado pelo Conselho Diretor do PSA/SECLIMAS, permitir o acesso da equipe do Programa, bem como de quem a Prefeitura indicar, no imóvel, com o objetivo de desenvolver as atividades pertinentes ao Programa;
- c) zelar pelas ações executadas na sua propriedade, protegendo a área contra a ação do fogo, depredação por animais e/ou terceiros;
- d) exercer papel de guardião das ações executadas em sua propriedade, informando e auxiliando a equipe técnica do Programa no controle eficaz e correto das principais pragas e ameaças, especialmente no caso de prejuízo iminente das atividades implantadas;
- e) acompanhar e, quando for o caso, implantar a execução das atividades previstas no PPP, informando ao CDPSA sobre quaisquer atrasos ou atividades realizadas em desacordo com este plano;

f) ter conhecimento das leis e normas que visam a conservação e preservação ambiental e assumir o compromisso de acatá-las fielmente.

Cláusula Quarta - As ações desenvolvidas pelo **Provedor de Serviços Ambientais** serão acompanhadas semestralmente com rigorosa observância desses preceitos legais, podendo ter sua habilitação revogada caso sejam constatadas irregularidades não sanadas no prazo estabelecido no art. 14 do Decreto Municipal Nº 19.441/17.

Cláusula Quinta - O CDPSA promoverá o monitoramento do Programa, através de vistorias semestrais na propriedade habilitada, emitindo relatório técnico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da realização da vistoria, a fim de aferir o cumprimento das metas estabelecidas no Projeto e no Termo de Habilitação.

Parágrafo único. O relatório técnico visa verificar a classificação das propriedades, bem como subsidiar a decisão do CDPSA quanto à liberação dos pagamentos pelo Agente Técnico Financeiro que deverá ser publicada no Diário Oficial do Município (DOM).

Cláusula Sexta - O Provedor de Serviços Ambientais a partir da constatação do início das ações do PPP, poderá fazer jus ao pagamento por serviços ambientais - dividido em 2 (duas) parcelas, pagas através de depósito bancário ao longo do ano - conforme seu enquadramento e classificação definido no Termo de Habilitação vigente.

Cláusula Sétima - Fazendo jus ao pagamento por serviços ambientais, o **Provedor de Serviços Ambientais** receberá através da Conta Corrente _____, Agência _____, Banco _____,

Cláusula Oitava - O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 4 (quatro) anos.

Cláusula Nona - A renovação do **Termo de Adesão** estará condicionada ao aceite pelo **Provedor de Serviços Ambientais** de novo projeto para a área e à disponibilidade de recursos aprovados para o projeto.

Parágrafo único. O pedido de renovação deverá ser feito até 06 (seis) meses antes do término do **Termo de Adesão**.

Cláusula Décima - O Provedor de Serviços Ambientais, a qualquer tempo, poderá desobrigar-se deste compromisso desde que comunique à Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade, por escrito.

Cláusula Décima Primeira - Caso o Provedor de Serviços Ambientais pratique condutas lesivas ao meio ambiente, os pagamentos serão imediatamente suspensos e a habilitação,

sumariamente revogada, não podendo o proponente inscrever a propriedade novamente no PSA, enquanto enquadrar-se como infrator ambiental.

§ 1º. Por todo e qualquer ato voluntário ou involuntário que resulte em prejuízo ao meio ambiente, sob qualquer aspecto, o **Provedor de Serviços Ambientais** assumirá a responsabilidade.

§ 2º. O não cumprimento das obrigações contidas no Edital 02/2025, no Termo de Adesão e no PPP, acarretará a suspensão imediata dos incentivos, após notificação do proprietário.

§ 3º. Será concedido prazo máximo de 20 (vinte) dias para que o proprietário apresente suas razões de defesa, que serão analisadas pelo CDPSA.

§ 4º. Decorrido o prazo referido a subcláusula acima sem a apresentação das razões de defesa ou quando não acolhidos os argumentos pelo CDPSA, o proprietário será excluído do programa.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Campinas - SP, _____ de _____ de _____.

BRAZ DOS SANTOS ADEGAS JÚNIOR
Secretário do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade
Presidente do Conselho Diretor de PSA

Assinatura do Provedor de Serviços Ambientais